

POBREZA RURAL E DESAFIOS EMERGENTES DAS OPÇÕES LIMITADAS DOS TERRITÓRIOS NA ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL RURAL

RURAL POVERTY AND CHALLENGES ARISING FROM
THE LIMITED OPTIONS OF THE TERRITORIES FROM THE
PERSPECTIVE OF RURAL SOCIAL WORK **EN**

—

POBREZA RURAL Y DESAFÍOS DERIVADOS DE LAS
LIMITADAS OPCIONES DE LOS TERRITORIOS DESDE LA
PERSPECTIVA DEL TRABAJO SOCIAL RURAL **ES**

MARISA DE JESUS CANDEIAS

Professora Adjunta Convidada do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Investigadora Integrada Age.Comm – Unidade de Investigação Interdisciplinar – Comunidades Envelhecidas Funcionais.

✉ marisa.candeias@ipcb.pt

” Candeias, M. (2022). Pobreza rural e desafios emergentes das opções limitadas dos territórios na ótica do serviço social rural. *Egitania Scientia*, número especial: Congresso Internacional Age.Comm, pp.129-142.

Submitted: 23th February 2022

Accepted: 15th July 2022

RESUMO

O artigo pretende promover a reflexão sobre os problemas que mais afetam as populações em meio rural, tendo como pergunta de partida: 'Quais as principais situações de pobreza ou vulnerabilidade social que os Assistentes Sociais rurais identificam nas comunidades rurais em territórios de baixa densidade demográfica, emergentes das opções limitadas do território'? Para a recolha de dados empíricos, optou-se pelo recurso a entrevistas semiestruturadas e aos grupos focais. A amostra é constituída por 20 participantes, todos Assistentes Sociais rurais/em exercício em meio rural, concretamente nas NUTS II do Alto Alentejo e Beira Baixa. Como demonstram os excertos das entrevistas, as populações rurais continuam a ter menos oportunidades e mais dificuldades no acesso e exercício de alguns dos seus direitos fundamentais, como por exemplo o acesso à educação, condicionado pela distância geográfica dos grandes centros, pela ausência de infraestruturas rodó e ferroviárias e, no contexto pandémico atual, pela ausência de infraestruturas de rede de banda larga. Recomenda-se a promoção do ativismo político dos Assistentes Sociais rurais como parte integrante da profissão, em diferentes campos, desde a apresentação de sugestões de alterações nas políticas existentes, à implementação de novas políticas de acordo com os valores do Serviço Social e as necessidades e interesses das populações rurais.

Palavras-Chave: Pobreza rural, territórios de baixa densidade, Serviço Social rural.

ABSTRACT

The article intends to promote reflection on the problems that most affect populations in rural areas, having as a starting question: 'What are the main situations of poverty or social vulnerability that rural Social Workers identify in rural communities in low-density territories, emerging from the limited options of the territory'? For the collection of empirical data, we chose to use semi-structured interviews and focus groups. The sample consists of 20 participants, all rural social workers/working in rural areas, specifically in NUTS II in Alto Alentejo and Beira Baixa. As the excerpts from the interviews demonstrate, rural populations continue to have fewer opportunities and more difficulties in accessing and exercising some of their fundamental rights, such as access to education, conditioned by the geographical distance from large centers, the absence of road infrastructure and railways and, in the current pandemic context, by the absence of broadband network infrastructures. It is recommended to promote the political activism of rural Social Workers as an integral part of the profession, in different fields, from the presentation of suggestions for changes in existing policies, to the implementation of new policies in accordance with the values of Social Work and the needs and interests of rural populations.

Keywords: Rural poverty, low density territories, rural Social Work.

RESUMEN

Este estudio pretende promover la reflexión sobre los problemas que más afectan a las poblaciones del medio rural, a partir de esta cuestión: '¿Cuáles son las principales situaciones de pobreza o vulnerabilidad social que los Trabajadores Sociales rurales identifican en comunidades rurales de territorios de baja densidad, emergentes resultantes de las limitadas opciones del territorio?' Para la recogida de datos empíricos se utilizaron entrevistas semiestructuradas y grupos de discusión de datos empíricos. La muestra está formada por 20 participantes, todos ellos trabajadores sociales rurales que trabajan/ejercen en zonas rurales, concretamente en NUTS II en Alto Alentejo y Beira Baixa. Como muestran los extractos de las entrevistas, las poblaciones rurales siguen teniendo menos oportunidades y más dificultades para acceder y ejercer algunos de sus derechos fundamentales, como el acceso a la educación, condicionado por la lejanía geográfica de los grandes centros, la ausencia de infraestructuras viarias y ferroviarias - y, en el actual contexto de pandemia, por la ausencia de infraestructuras de red de banda ancha. Se recomienda promover el activismo político de los Trabajadores Sociales rurales como parte integrante de la profesión, en diferentes campos, ámbitos desde la presentación de sugerencias de cambios en las políticas existentes, hasta la implementación de nuevas políticas acordes con los valores del Servicio Social El trabajo y las necesidades e intereses de las poblaciones rurales.

Palabras clave: Pobreza rural, territorios de baja densidad, Trabajo Social rural.

INTRODUÇÃO

O êxodo rural, o envelhecimento populacional e a pobreza emergente das limitações do território permanecem como temas prementes na atualidade, atendendo às assimetrias regionais do território português, potencialmente agravadas na sequência da aprovação do regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica - lei n.º 22/2012 de 30 de maio - face ao 'imperativo económico' resultante da crise económica de 2008.

Pretendeu-se, com esta reorganização administrativa, alcançar determinados parâmetros de agregação. Os seus impactos foram, porém, aparentemente desagregadores. Foram extintas freguesias rurais onde mais falta estas faziam, em lugares de difícil acesso físico onde residem pessoas idosas, para quem, muitas vezes, a junta de freguesia representava a janela para o mundo, onde poderiam receber os seus vales postais com as pensões, o correio, chamar um táxi ou agendar uma consulta.

Neste processo, após as juntas de freguesia, os caminhos de ferro, as extensões de saúde e os balcões dos correios, seguiu-se o encerramento das escolas de pré-escolar e do primeiro ciclo, concretamente daquelas mais distantes, onde residem crianças com fracos recursos e menores oportunidades, mesmo após um significativo programa de revitalização do parque escolar, que reabilitou todas as escolas de primeiro ciclo, gerando-se um quadro que representa um retrocesso nos direitos sociais, o agravamento das assimetrias e desigualdades, o agravamento do isolamento geográfico e social destas regiões, que conduziu ao aumento da vulnerabilidade das populações rurais, ao aumento do fosso da desigualdade social, da opressão, injustiça social e consequente negação a algumas pessoas dos meios rurais, do exercício de alguns dos seus direitos fundamentais.

Este artigo de natureza qualitativa teve como pergunta de partida: 'Quais as principais situações de pobreza ou vulnerabilidade social que os Assistentes Sociais rurais identificam nas comunidades rurais em territórios de baixa densidade demográfica, emergentes das opções limitadas do território?' Face ao contexto apresentado, pretende-se com este artigo elaborado no âmbito da tese de doutoramento em Serviço Social da autora, intitulada 'Serviço Social rural Desafios em territórios de baixa densidade demográfica', promover a reflexão sobre os problemas que mais afetam as populações em meio rural, com especial atenção ao despovoamento e pobreza dos meios rurais. Apresentam-se recomendações de macro práticas profissionais que efetivamente integrem as opções metodológicas do Serviço Social rural, que possibilitem a audição das populações rurais e defesa dos seus direitos fundamentais - como o acesso à saúde e educação.

POPULAÇÕES E PROBLEMAS RURAIS

As áreas rurais não são homogêneas e os problemas que afetam diferentes localidades e os seus habitantes podem ser muito variados. No entanto, na literatura internacional, é possível identificar algumas tendências conhecidas bastante características das áreas e populações rurais como a baixa densidade populacional/despovoamento, carência económica, distância dos centros urbanos, redução de serviços - como por exemplo de educação e saúde -, inacessibilidade para as áreas urbanas devido a características geográficas/isolamento e escassez de transportes públicos.

O declínio dos serviços rurais não afetou igualmente todas as pessoas nas localidades rurais, tendo esse declínio atingido principalmente os mais vulneráveis, que mais dependem dos serviços e que não têm acesso fácil a uma alternativa, como as pessoas idosas, crianças e pessoas com deficiência. Para Francis e Henderson (1992) os problemas que mais afetam as populações rurais são a pobreza e privação; desemprego e subemprego; a escassez de habitação; o acesso à saúde; incapacidade e desvantagem social.

Considera-se, não obstante, que os residentes em áreas rurais enfrentam a maior parte dos mesmos problemas sociais que os seus homólogos urbanos e metropolitanos, nomeadamente o acesso a cuidados de saúde, a habitação, violência doméstica, transportes e emprego (Ginsberg, 2011). Para Ginsberg, os problemas que se destacam como de maior dificuldade para as populações rurais do que para as urbanas são os transportes e emprego, pois muitas comunidades rurais têm poucos ou nenhuns transportes públicos e o emprego rural carece da diversidade verificada nas áreas metropolitanas, além de que os salários normalmente não são tão elevados quanto nas cidades (Ginsberg, 2011).

Talabreza-May, Jensen e Shay (2017) afirmam que as comunidades rurais possuem qualidades únicas quando comparadas com populações urbanas densas. Estes autores citam Campbell et al. (2002), que reportam que a densidade populacional, a distância de grupos grandes de pessoas e a inacessibilidade para áreas urbanas devido a considerações geográficas, são características que definem as áreas rurais. Segundo os autores, as comunidades rurais podem ser consideradas em risco devido a vários desafios como as elevadas taxas de pobreza, desemprego e menores oportunidades educacionais (Child Welfare Information, 2012; Riebschleger, 2007 cit. por Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017, p. 2). Adicionalmente, o isolamento social e geográfico podem constituir uma desvantagem para as pessoas em áreas rurais no acesso a serviços sociais (Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017).

Não obstante, apesar das barreiras significativas que as pessoas enfrentam em áreas rurais, as comunidades rurais encontram, adaptam e utilizam recursos de forma criativa para responder às suas necessidades. Além disso, as comunidades rurais enfrentam desafios únicos e adaptam-se a eles, recorrendo a redes comunitárias informais para responder às suas necessidades (Talabreza-May, Jensen & Shay, 2017).

DESPOVOAMENTO RURAL

Importa proceder à análise de um dos principais problemas dos meios rurais em Portugal - a perda populacional. Assim, no interior do interior do país, a crise demográfica das últimas décadas é resultante da diminuição da taxa de natalidade, da perda continuada de população e conseqüente envelhecimento populacional, fenómeno muito acentuado nos territórios transfronteiriços.

Mas começamos por procurar definir o conceito de territórios de baixa densidade em Portugal, que apresenta várias classificações. De acordo com a deliberação de 1 de julho de 2015 da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC, 2015), no âmbito do Programa Portugal 2020, foi adotada uma classificação resultante de uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

A ANMP (2014) especifica de forma objetiva e quantificável os diferentes critérios necessários para que um concelho seja classificado de baixa densidade, considerando que todos os concelhos que registem mais de 50% das suas freguesias como de baixa

densidade, são considerados também eles próprios concelhos de baixa densidade. Note-se, porém, o fator de correção regional, que especifica que todos os municípios que apresentem uma densidade populacional inferior a 25 hab/km² são classificados como de baixa densidade, desde que da aplicação deste critério resulte a classificação da NUT III como de baixa densidade. Um fator corretivo adicional especifica ainda que sempre que pelo menos 75% dos municípios de uma NUT III sejam de baixa densidade, então todos os municípios dessa NUT III são classificados como sendo de baixa densidade (ANMP, 2014).

Relativamente ao conceito de município rural, a ANMP define os índices de ruralidade para cada concelho, nomeadamente: a) a percentagem de população que reside em lugares com menos de 2 mil habitantes ou isolada; b) a rarefação populacional e; c) o tempo de deslocação da residência à sede de concelho. Estes critérios são todos quantificados de forma a possibilitar a classificação rural do município, sendo que todos os municípios que cumpram os critérios para serem considerados de baixa densidade são igualmente considerados municípios rurais (ANMP, 2014). Além disso, todos os municípios que após aplicação dos critérios de ruralidade tenham uma classificação igual ou acima dos 67% de ruralidade e que sejam territorialmente contíguos aos restantes municípios de baixa densidade, são também considerados municípios de baixa densidade (ANMP, 2014).

Definidos alguns conceitos fundamentais na investigação, passamos à análise demográfica dos territórios em estudo, concretamente dos concelhos pertencentes às duas unidades administrativas da Beira Baixa e do Alto Alentejo (designações NUTS III), que se encontram inseridas nas regiões Centro e Alentejo (designações NUTS II), respetivamente, sendo compostas por 21 concelhos - 6 na Beira Baixa e 15 no Alto Alentejo - todos considerados como municípios de baixa densidade (CIC, 2015).

Segundo os dados analisados através dos resultados preliminares dos Censos 2021, entre 2011 e 2021, Portugal perdeu um total de 214.286 habitantes, o que corresponde a 2,0% da totalidade da sua população, que em 2021 passou a ser de 10.347.892 habitantes (INE, IP., 2021). A região Centro perdeu desde 2011 um total de 99.843 habitantes, o que corresponde a uma perda de 4,3% da sua população, passando agora a ter 2.227.912 habitantes, sendo que o peso desta região na população total de Portugal continental diminuiu 0,6%, tendo passado de 23,2 para 22,6% (INE, IP., 2021). Quanto à região do Alentejo, esta perdeu 52.368 habitantes desde 2011, o que representa uma perda de 6,9% da sua população, que em 2021 se cifra em 704.934 habitantes, sendo também a região que mais população perdeu em termos percentuais. O peso desta região na população total de Portugal continental diminuiu 0,4%, passando de 7,5 para 7,1% (INE, IP., 2021).

A unidade administrativa da Beira Baixa (designação NUTS III), considerada de baixa densidade de acordo com os parâmetros definidos anteriormente, perdeu desde 2011 um total de 8.353 habitantes, valor correspondente a 9,4% da sua população, que em 2011 era de 89.063 habitantes e é atualmente de 80.710 habitantes. A unidade administrativa do Alto Alentejo (designação NUTS III), que em 2011 tinha uma população de 118.506 habitantes, perdeu um total de 13.517 pessoas, correspondendo a 11,4% dos seus habitantes, passando a totalizar este ano 104.989 habitantes.

POBREZA RURAL

As estatísticas demonstram que as pessoas que vivem em meios rurais têm maior probabilidade de risco de pobreza e exclusão (EPRS, 2017). Em Portugal, o êxodo rural, o envelhecimento populacional e a pobreza emergente das limitações do território permanecem como temas prementes na atualidade. Porém, é importante destacar que o mundo rural português está longe de ser homogêneo nos seus efeitos de desertificação, abandono rural, despovoamento e perda de competitividade das atividades económicas (SCAMA, 2017). Nestes territórios de baixa densidade, vários Assistentes Sociais rurais desenvolvem diariamente os seus esforços na ajuda às populações rurais em situação de isolamento social e geográfico e pobreza extrema.

Sendo a pobreza rural um dos principais problemas identificados na literatura nacional e internacional sobre os meios rurais, procuramos de seguida proceder à caracterização estatística da pobreza rural em Portugal. Assim, e de acordo com dados do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (ONLCP, 2019), que procedeu à análise dos dados do ICOR/ EU SILC referentes ao ano civil de 2018, verifica-se uma maior incidência da pobreza ou exclusão social nas zonas menos povoadas, caracterizada por um maior risco de pobreza monetária e uma maior incidência de intensidade laboral muito reduzida. Segundo o mesmo relatório, àquela data, mais de 25% da população que vivia em zonas rurais em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, concretamente: a) mais de 20% estava em risco de pobreza monetária; b) cerca de 8% vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida e; c) cerca de 5% encontrava-se em privação material severa (ONLCP, 2019).

De acordo com dados do Eurostat EU-SILC - European Union Statistics on Income and Living Conditions, pode concluir-se que, apesar da privação material severa ser superior nas áreas densamente povoadas, os demais indicadores de risco de pobreza monetária e da intensidade laboral reduzida, e por consequência o risco de pobreza ou exclusão social, são superiores nas áreas pouco povoadas (ONLCP, 2019). Assim, e apesar de uma parte significativa das pessoas em pobreza ou exclusão social residir nas zonas rurais (32%), é sobretudo em termos de risco de pobreza monetária que sobressai o peso da população rural (ONLCP, 2019).

Segundo Peralta et al., (2021) no relatório 'Portugal, Balanço Social 2020: Um retrato do país e dos efeitos da pandemia', o risco de pobreza em Portugal não atinge da mesma forma todos os grupos da população, sendo mais elevado para os residentes em regiões rurais - 22% em 2019 (Peralta et al., 2021). Quando analisamos a repartição por setor de atividade, verificamos que é nos trabalhadores do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que a pobreza mais prevalece e que o risco de pobreza nas áreas intermédias é também superior ao das áreas densamente povoadas (Peralta et al., 2021).

Na análise da pobreza rural em Portugal, não podemos focar-nos em exclusivo nos rendimentos dos agregados familiares e na sua distribuição pelos territórios. Segundo a Rede Europeia Anti-Pobreza (2021), entende-se por pobreza a privação das condições necessárias para o acesso a uma vida digna. Porém, o conceito de pobreza não pode limitar-se a uma dimensão meramente monetária/financeira, transpondo-se para o conceito de exclusão social outras dimensões como o acesso aos direitos e aos serviços, amplamente condicionado nos meios rurais. Assim, importa destacar alguns dos problemas que mais afetam o empobrecido meio rural português, especificamente a rede de transportes e o acesso à saúde.

Relativamente ao sistema de mobilidade (redes rodoviária e ferroviária), este é o meio preferencial e estratégico de acesso e conectividade entre as sedes de concelho e os núcleos urbanos mais relevantes. Dos 18 distritos do país, 9 apresentam densidades da rede rodoviária superiores à média nacional e, os restantes, todos situados no interior de Portugal, apresentam valores inferiores. A rede ferroviária segue o mesmo padrão que a rede rodoviária, com densidades superiores no litoral. Dados do INE, IP. (2014) confirmam que os distritos com menor densidade de rede rodoviária são Beja, Castelo Branco e Portalegre (PNCT, 2016).

Também segundo o Programa Nacional para a Coesão Territorial - PNCT (2016), os conjuntos de serviços e equipamentos considerados necessários para que exista diversidade funcional numa cidade, em especial de pequena ou média dimensão, são os seguintes: serviços de saúde, serviços de conhecimento (ensino superior), serviços de educação e formação (pré-escolar, básico e secundário) e ainda serviços e equipamentos de cultura. As áreas urbanas com diversidade funcional mais elevada concentram-se no litoral e junto às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Nos territórios do interior localizam-se 80% dos territórios com baixa funcionalidade (151), apenas 7 com diversidade alta e outros 7 com diversidade funcional média, sendo que nestes 2 últimos grupos nenhum concelho é do Alto Alentejo (PNCT, 2016).

No que respeita ao acesso à saúde e ao ensino, considerados pilares de uma sociedade desenvolvida e com níveis elevados de qualidade de vida, assistiu-se, nos últimos anos, a uma perda considerável de equipamentos dedicados a estes serviços fundamentais. De acordo com o PNCT (2016), em 5 anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1207 se encontravam no território do interior do país. As maiores perdas verificaram-se nos níveis de ensino pré-escolar e básico. O ensino secundário registou um aumento de 30 estabelecimentos no país, todavia o território do interior perdeu 3. Relativamente às unidades de saúde de proximidade, o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior (PNCT, 2016).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a recolha de dados empíricos, optou-se pelo recurso a entrevistas semiestruturadas e aos grupos focais. A amostra é constituída por 20 participantes, todos Assistentes Sociais rurais/em exercício em meio rural, concretamente nas NUTS II do Alto Alentejo e Beira Baixa; é maioritariamente feminina, com apenas 3 participantes do género masculino; o intervalo de idades dos participantes encontra-se compreendido entre os 27 e os 52 anos, com uma média de 43 anos de idade; e o número médio de anos de experiência profissional em meio rural é de 12 anos.

Do grupo de inquiridos, 10 Assistentes Sociais exercem atualmente a profissão no Alto Alentejo e também 10 exercem na Beira Baixa; 19 são licenciados em Serviço Social, oriundos de várias escolas de formação e 1 é licenciado em Trabalho Social. Relativamente aos setores de atividade, 2 dos participantes trabalham na área da educação, 2 trabalham no Instituto de Segurança Social, I.P., 2 participantes trabalham na Cruz Vermelha, 3 desenvolvem as suas funções na área da saúde, 5 participantes trabalham em IPSS's, 5 em municípios e 1 participante trabalha em organizações de desenvolvimento local - com expressão local e nacional. No que concerne ao local de residência e de trabalho, 10 participantes trabalham e residem no mesmo local e também 10 residem, atualmente, em locais distintos do seu local de trabalho. A referir que 5 dos participantes são o único Assistente Social na localidade onde exercem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A POBREZA EXTREMA NOS MEIOS RURAIS NA ÓTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Sendo a pobreza um dos principais problemas identificados nos meios rurais, quer na literatura internacional quer no apuramento estatístico de vários indicadores nacionais anteriormente analisados, procurámos conhecer as principais situações de pobreza identificadas pelos Assistentes Sociais rurais entrevistados. Das narrativas dos profissionais, destacamos alguns excertos que traduzem os dados estatísticos precedentes.

Um dos problemas rurais mais referidos pelos Assistentes Sociais rurais, prende-se com a dificuldade no acesso à saúde nestes territórios, com especial ênfase no domínio da saúde mental:

"(...) a exercer funções na CPCJ, foi uma família com crianças que trabalham também numa freguesia rural e as crianças realmente trabalhavam (...) eu já nem tinha noção de que poderia existir sarna e as pessoas pudessem ainda ter este tipo de doenças, não é?" - AS1.

"(...) Situações de famílias totalmente demenciadas, sem algum tipo de acompanhamento psiquiátrico, com situações já mesmo de delírios, sem condições habitacionais, sem condições alimentares; recusa alimentar, e isto era assim a família inteira" - AS4.

"Há algumas situações que estão também associadas à doença mental. Pessoas que não usufruem, não utilizam os apoios que recebem por doença mental e por não irem levantar, por exemplo, o vale do rendimento social de inserção (...) a doença mental, seja demência ou seja até outro tipo de patologias, esquizofrenia ou outro tipo de patologia, condiciona muito o bem-estar das pessoas. E nós às vezes temos conhecimento de idosos que vivem... idosos e pessoas adultas, pessoas com 50 e poucos anos e até menos, que vivem em condições de insalubridade e condições de desorganização mental, devido a patologia..." - AS7.

"Homens isolados, muitos deles solteiros, ou que se divorciaram, mas maioritariamente solteiros. Muitos deles que viviam com os pais (...) e quando faleceu o último e acabou por ficar sem nada ... profissionalmente vão fazendo uns trabalhos, uns biscates na agricultura, na construção civil, mas que nunca tiveram, sequer, uma carreira contributiva (...) muitos destes homens são alcoólicos, existe efetivamente muito alcoolismo nesta camada da população e neste setor, e que vivem em situações deploráveis de barraca, barracos, barracos mesmo onde estão os animais, onde estão as cabras e as ovelhas, sem água, sem luz, pronto (...) completamente isolados em casas sem o mínimo, sem o mínimo mesmo. Às vezes em barracões de vizinhos que os deixam lá ficar e em situações que, realmente, não..." - AS20.

Como se pode constatar, as situações de pobreza extrema identificadas nas narrativas dos Assistentes Sociais rurais demonstram que se verificam situações de pobreza extrema nestes territórios, embora, estatisticamente, a pobreza extrema se confirme em maior número nos territórios densamente povoados. Os excertos que se seguem demonstram carências severas ao nível de condições de habitabilidade e do acesso a bens essenciais como água e eletricidade, traduzindo o elevado risco de pobreza monetária dos meios rurais.

“(...) famílias que não compravam os medicamentos. E com doença crónica! Porque tinham reformas de 270,00€... 240,00€. Tinham o quintalinho, tinham o vizinho que dava isto e aquilo e depois (...) ainda mandavam dinheiro para a família que estava a viver em Lisboa e que não conseguia pagar a escola dos filhos e coisas do género. Dos netos (...)” - AS7.2.

“(...) realmente situações extremas, desde habitações sem saneamento, pessoas a viverem sem qualquer tipo de rendimento (...) a deitarem-se... nem se podia chamar camas. Telhados a ruir completamente, sem água, sem luz (...) pessoas com casas ainda em terra batida, em cimento (...) eu não imaginava que houvesse uma grande percentagem de pessoas a viverem assim ainda” - AS3.

Destaca-se ainda um excerto de entrevista que ilustra, a par da dificuldade no acesso à saúde e dos baixos rendimentos, o isolamento extremo – geográfico e social – em que vivem muitas populações rurais:

“(...) confesso que me faz muita confusão aquelas situações em que nós já temos de deixar o carro... já nem o carro chega à porta, não é? É um isolamento geográfico tão grande, é uma distância tão grande que nem o carro chega à porta, temos que ir a pé para conseguir lá chegar. Eu... em contexto de saúde isso a mim levanta-me sempre aqui muitas dúvidas, porque no caso de uma necessidade de assistência imediata, a assistência médica é muito mais demorada (...). Agora continuamos com situações – e isto sim é muito mais frequente em meio rural do que em meio urbano – de pessoas que vivem sem água, sem luz, sem aquecimento e com reformas muito, muito, muito baixas. Estamos ali a falar nos 200 e qualquer coisa euros” - AS6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carlton-LaNey, Burwell e White (2013) afirmam que a pobreza limita as opções para todos e os pobres rurais estão entre os mais socialmente isolados, como evidenciam as narrativas dos Assistentes Sociais rurais.

A breve análise demográfica apresentada permite assimilar a perda populacional verificada nos últimos anos no Alto Alentejo e Beira Baixa. Somos cada vez menos e estamos cada vez mais em risco de pobreza e exclusão social, pelo isolamento social e geográfico, pela ausência de transportes e acessibilidades, pela escassez de respostas especializadas na área da saúde, mas também pelo encerramento de serviços básicos.

As populações rurais, apesar do compromisso assumido no PNCT (2016), continuam a ter menos oportunidades e mais dificuldades no acesso e exercício de alguns dos seus direitos fundamentais, como por exemplo o acesso à educação, condicionado pela distância geográfica dos grandes centros, pela ausência de infraestruturas rodó e ferroviárias e, no contexto pandémico atual, pela ausência de infraestruturas de rede de banda larga. Estes problemas permanecem desconhecidos para muitas pessoas, especialmente as residentes nos grandes centros urbanos. É, assim, urgente e imperativo que os Assistentes Sociais rurais contribuam ativamente para a ampliação da voz e das necessidades dos meios e das populações rurais, nos locais de tomada de decisão.

A NASW sugere que os Assistentes Sociais reconheçam a importância da população rural para a sociedade, trabalhem por legislação e políticas para melhorar as comunidades rurais, defendam a prática que enfoca as necessidades da população rural e promovam a prática culturalmente competente com as populações rurais. Porém, também existe o reconhecimento de que o Serviço Social tradicionalmente não preparou a sua força de trabalho para ser qualificada ou culturalmente competente no trabalho com as populações rurais, como fez com muitas outras populações (Daley & Avant, 2014; Daley & Pierce, 2011; Ginsberg, 1998; NASW, 2018 cit. por Daley, 2021, p. 305).

Como as populações rurais, por vezes em situação de marginalização ou desvantagem, não estão com frequência, representadas em importantes áreas de tomada de decisão, é importante que os Assistentes Sociais rurais, enquanto defensores e porta-vozes das populações rurais, estejam presentes ou representados nas estruturas de tomada de decisão política, para assim promover os interesses destas comunidades e defender os seus direitos, como o acesso à saúde.

Referira-se, na literatura internacional, o estudo desenvolvido por Riebschleger (2007), que conclui que os Assistentes Sociais reconhecem que vínculos informais e relacionamentos mais próximos podem ser úteis para fortalecer a advocacia política - a prática política que visa ajudar grupos relativamente impotentes e desprotegidos a melhorar os seus recursos e oportunidades (Jansson, 2008 cit. por Casquilho-Martins, 2021, p. 43) - e legislativa, com o objetivo de obter acesso mais equitativo aos recursos para os residentes rurais (Riebschleger, 2007). No estudo de Riebschleger (2007), ao discutir a necessidade de os Assistentes Sociais aperfeiçoarem as suas habilidades de advocacia política, vários participantes disseram: "Abandonámos os nossos papéis (...) somos tão atraídos pelas necessidades individuais (...) eu luto com isso em mim mesmo o tempo todo (...) é sedutor, sabe". Um Assistente Social resumiu: "É preciso chegar lá e lutar pela comunidade".

Em suma, o ativismo político dos Assistentes Sociais rurais deve envolver a construção de coligações para aumentar o acesso a recursos dos grupos e comunidades rurais, recomendando-se a capacitação destes profissionais no ativismo político, no desenvolvimento de atividades políticas pelos Assistentes Sociais rurais como parte integrante da profissão, em diferentes campos, desde a apresentação de sugestões de alterações nas políticas existentes, à implementação de novas políticas no plano local, nacional ou internacional, de acordo com os valores do Serviço Social e as necessidades e interesses das populações rurais.

REFERÊNCIAS

- ANMP (2021, agosto). Municípios de baixa densidade: Critérios aprovados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. <https://www.anmp.pt/wp-content/uploads/2019/11/CriteriosFINAISAPROVADOS.pdf>.
- Carlton-Laney, I.; Burwell, N. Y.; White, C. (2013). Rural Community Practice – Organizing, Planning and Development. In Weil, M.; Reisch, M.; Ohmer, M. L., *The Handbook of Community Practice*. (2.ª edição, pp. 461-478). Califórnia: SAGE. ISBN 978-1-4129-8785-1.
- Casquilho-Martins, I. (2021). O conhecimento e a prática política na intervenção social. In Fialho, J. (org), *Manual para a Intervenção Social: Da teoria à ação* (pp. 33-56). Edições Sílabo, Lda.
- CIC (2021, agosto), Deliberação n.º 23/2015: Classificação de municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. https://www.portugal2020.pt/sites/default/files/legislacao/deliberacoes_cic/deliberacaocic_23_2015.pdf.
- Daley, M. R. (2021). *Rural Social Work in the 21st Century. Serving Individuals, Families, and Communities in the Countryside*. 2.ª edição. Oxford University Press. ISBN 9780190937690.
- EAPN (2021, agosto), O que é a pobreza? <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>.
- Francis, D.; Henderson, P. (1992). *Working with rural communities*. 1.ª edição. The Macmillan Press LTD. ISBN 978-0-333-55146-2. DOI 10.1007/978-1-349-21967-4.
- Ginsberg, L. (2011). *Social Work in Rural Communities*. 5.ª edição. CSWE Press. ISBN 978-0-87293-146-6.
- INE, IP. (2020). Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de Rendimento declarado no IRS - 2018. INE, IP. ISSN 2184-7177. ISBN – 978-989-25-0573-2.
- INE, IP. (2019, dezembro). População residente por local de residência, sexo e tipologia de áreas urbanas, 2019. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008856&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt. ISSN 2182-7907. N.º22 (1996) 9-27.
- INE, IP. (2021, agosto), Censos 2021: Resultados preliminares. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html.
- INE, IP. (2021, agosto), Intensidade laboral per capita muito reduzida. https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006270&lingua=PT.
- LEI N.º 22/2012, Diário da República, Série I. N.º 105/2012 (30 de maio), 2826-2836.
- ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2019). *Pobreza e exclusão social em Portugal: Análise dos dados do ICOR/EU – SILC 2018*. EAPN, 2019.
- Peralta, S., Carvalho, B. P. & Esteves, M. (2021). *Portugal, Balanço Social 2020: Um retrato do país e dos efeitos da pandemia*. Nova School of Business & Economics, 2021. DOI – 1.34619/LLCR – OTR2.
- PORDATA (2021, agosto), O que são NUTS? <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.
- RCM N.º 72/2016 - Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT). Diário da República, 1.ª série. N.º 226 (24 de novembro de 2016) 4154 - 4190.

Riebschleger, J. (2007). Social Workers' Suggestions for Effective Rural Practice. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 203-213. DOI: 10.1606/1044-3894.3618.

SCAMA. (2017). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma agenda para o futuro. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. ISBN 978-972-8285-94-4.

Talabreza-May, J. W.; Jensen, R.; Shay, N. (2007). An Assessment of the Strengths and Needs of Rural Social Workers in the Northwestern United States. *Contemporary Rural Social Work Journal*, Vol. 9 (N.º1), 1-11. <https://digitalcommons.murraystate.edu/crsw/vol9/iss1/1>.

UMVI - Unidade de Missão para a Valorização do Interior (2016). O interior em números – Bases para um diagnóstico/PNCT. República Portuguesa.